

TCC/UNICAMP

V662e

1290003092/IE



1290003092



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

**EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS SEM RENDA NO
BRASIL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS**

Patrícia Dalarme Vicentin

Monografia de conclusão do
curso de Ciências Econômicas
na UNICAMP sob orientação do
Prof. Alexandre Gori Maia

Campinas, Novembro de 2006.

CEDOCIA

*Aos meus pais, Paulo César e Vera,
pelo amor incondicional;
Ao meu irmão, Paulo Gustavo;
E ao meu querido Marcos.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Professor Alexandre Gori Maia, que foi um excelente professor e orientador nesse caminho percorrido durante cinco anos de graduação. Fizemos um trabalho conjunto e cujo resultado final foi fruto de uma pesquisa iniciada em 2003 e de reuniões sempre constantes, muitas correções e ajustes. Obrigada pela confiança depositada e pelos estímulos. Seus conhecimentos e lições foram essenciais.

Um agradecimento especial ao Professor Waldir Quadros, que ajudou muito com seus profundos conhecimentos na área de economia social e do trabalho.

Aos meus pais, obrigada pelo apoio de todos os dias e por fazer tudo valer a pena. Ao Marcos, companheiro presente em todos os momentos, felizes e tristes. A sua compreensão durante todos esses anos tornou tudo mais fácil.

Aos meus queridos amigos de classe, gostaria de dizer que esses cinco anos que passamos juntos de estudos, trabalhos, provas, festas e conversas em bares foram inesquecíveis. Certamente essa amizade que começou aqui continuará por muitos e muitos anos. Desejo a vocês toda a felicidade e sucesso sempre.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1 – Análises conjuntural social e econômica das décadas de 1980 e 1990.....	9
1.Introdução	9
1.1.O Brasil na Década de 1990	12
1.1.1.Conjuntura Internacional na Década de 1990	15
1.2.Desempenho Econômico, População e Trabalho	16
Capítulo 2 – Evolução das Famílias Sem Renda	21
2.Introdução	21
2.1.Estrutura sócio-ocupacional familiar brasileira	22
2.2.Grupo das famílias sem renda	25
2.3.Condição do chefe da família e composição do grupo.....	29
2.4.Localização segundo estados e regiões metropolitanas	31
2.5.Composição por idade	35
2.6.Composição por sexo	37
2.7.Composição por escolaridade	38
2.8.Composição por cor	40

RESUMO

O texto pretende analisar o aumento do número de famílias excluídas da estrutura social brasileira, que neste trabalho convencionou-se denominar aquelas famílias onde todos os membros não possuem rendimentos, sendo que grande parte delas de integrantes sem ocupação, bem como a sua evolução ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000 e sua distribuição regional.

A hipótese central é de que há um crescimento das famílias sem renda na estrutura social e sua concentração nas áreas metropolitanas, resultantes das transformações na estrutura socioeconômica observadas nas duas últimas décadas. Para cumprir tais objetivos o trabalho está estruturado em dois capítulos: i) no primeiro capítulo será feita uma análise da conjuntura econômica e social da época, a fim de localizar no tempo o pano de fundo sob o qual se dá o crescimento das famílias sem renda no Brasil; ii) apresentado o contexto histórico de estagnação e crise econômica, será estudado mais a fundo a classe social sem ocupação e sem renda no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990, e em especial entender quais fatores citados no primeiro capítulos são determinantes dessa evolução.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo caracterizar e analisar a distribuição das famílias sem renda no Brasil e sua evolução ao longo das décadas de 1980, 1990 e anos 2000. Sob a hipótese chave de que houve um crescimento das famílias sem renda no Brasil e a concentração nas áreas metropolitanas, pretende-se discutir a conjuntura histórica do período e buscar os possíveis determinantes, configurados dentro do processo que pode ser considerado de transformações na estrutura socioeconômica.

O período analisado é marcado por estagnação e crise econômica, que tem início no final da década de 1970 com a falência do “milagre econômico”. Nesse contexto de baixo crescimento é possível observar um padrão de concentração de renda e deterioração social. Paralelamente, há uma diminuição dos rendimentos de trabalho frente aos ganhos financeiros (BALTAR, 2003). Não menos importante está a desestruturação do Estado, marcado por uma falência das finanças públicas, com orçamento engessado que impede a realização de políticas públicas distributivas.

Esse contexto de baixo crescimento tem impacto na estrutura social brasileira, em um movimento que faz crescer a base da pirâmide social e, paralelamente, aumenta o grau de informalidade da economia representada pelo crescimento de sub-ocupações e até o extremo, a ausência de ocupação e de renda, o que será foco do presente estudo. Nos próximos itens do capítulo, será abordado o ambiente econômico e social no qual se dá essa evolução das famílias sem renda.

A questão geográfica, por sua vez, explica a concentração de famílias constituídas por pessoas sem renda nos grandes centros metropolitanos, onde se concentram as

estruturas produtivas e sociais de elevada complexidade e diversificação, e o desemprego atinge seus maiores índices.

Grande parte das famílias constituídas por pessoas sem renda é devida condição de desemprego do membro de referência. Nesse sentido será estudada mais a fundo a determinação do desemprego na condição dessas famílias sem renda.

Assumida a importância da questão de distribuição espacial dessa classe, bem como da conjuntura em que essas condições surgem ao longo das duas décadas estudadas, será feito um estudo sobre as particularidades dessa classe, sob o espectro da estrutura social vigente. Após esplanadas e analisadas as modificações conjunturais ocorridas, busca-se avaliar os impactos de estagnação e crise no aumento das famílias sem renda, apontando interpretações da literatura sobre a causa, possíveis desdobramentos e conseqüências.

Para cumprir tais objetivos, a monografia está dividida em três seções, além desta introdutória. Na primeira seção, é feita uma revisão sobre a conjuntura econômica das décadas de 1980 e 1990. Na segunda, serão feitas análises qualitativas e quantitativas das famílias sem renda no Brasil ao longo do período estudado a partir da metodologia elaborada por QUADROS (2003), bem como sua distribuição geográfica. Ainda na segunda, são investigadas as principais mudanças geográficas dessas famílias nas metrópoles brasileiras. Por último, estão as conclusões gerais da monografia.

Capítulo 1 – Análises conjuntural social e econômica das décadas de 1980 e 1990

1.Introdução

A economia brasileira enfrentou fases distintas do seu desenvolvimento econômico nas últimas três décadas, sendo acompanhada por importantes mudanças estruturais. A década de 1970 empreendeu o último esforço de modernização da economia, mais uma vez sob o amparo do Estado desenvolvimentista. Com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o Estado tentou reduzir a vulnerabilidade da economia aos choques externos, em meio a um ambiente turbulento causado pelo choque do petróleo e recessão. O hiato entre capacidade de financiamento, a partir de fontes internacionais e a demanda por crédito de longo prazo, foi coberto pela tomada de recursos externos. Apesar das intenções do Governo, havia uma limitada capacidade em gerar divisas para pagar o endividamento externo. O segundo choque do petróleo e o choque dos juros de Paul Volker nos Estados Unidos em 1979 mudaram radicalmente as condições externas e decretaram a obsolescência da agenda de reformas propostas ao longo da década de 1970. É importante frisar que boa parte da capacidade produtiva criada durante a vigência do II PND foi empurrada para a exportação às custas de estímulos fiscais e cambiais.

Ao longo da década de 1980 houve o predomínio das políticas patrocinadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), convocado para socorrer os países que apresentavam desequilíbrios crônicos de balança de pagamentos devido ao alto índice de endividamento externo. Os programas orientados pelo FMI contaram com a importante colaboração do desempenho da economia americana, pois com a queda dos juros e um déficit público elevado, a economia americana foi responsável por gerar uma forte demanda para o resto

do mundo.

Por sua vez, os bancos comerciais foram responsáveis por comprar divisas pelo setor público, o grande devedor em moeda estrangeira. Na ausência de um ajuste fiscal, o Governo era obrigado a emitir mais dívida pública dolarizada. O que se segue é um período caracterizado pela hiperinflação inercial e a completa desorganização das finanças públicas, que marcaram a década de 1980. As políticas perpetradas ao longo da “década perdida” culminaram no enfraquecimento do Estado e de suas políticas, que por sua vez eram estrangulados pelo Fundo e por seus credores internacionais.

Em suma, foi uma década marcada por um desempenho econômico bastante desfavorável, com estagnação do produto *per capita*, regressão do investimento e a transferência de recursos reais ao exterior (CARNEIRO, 2002). Um dos fatores para a estagnação é a política de ajuste imposta pelos credores externos e o FMI ao Brasil, que buscava reduzir o excesso de dispêndio, se adaptando às novas disponibilidades de financiamento. Paralelamente, o desequilíbrio externo foi enfrentado por meio de uma política cambial ativa, que foi compreendida pelas maxidesvalorizações de 1979 e 1983.

Após o esgotamento para o ciclo de expansão vivenciado ao longo da década anterior, a economia brasileira ficou à deriva sem encontrar um novo padrão de crescimento sustentado. O crescimento do PIB traduz de forma mais significativa os contornos desta estagnação.

Outra questão importante que marca a década de 1980 e parte da 1990 é o forte processo inflacionário, que só veio a ser superado com a implantação do Plano Real em 1994. Nesse sentido, Sarney elaborou três planos econômicos que buscavam controlar a inflação e retomar o crescimento econômico. O plano cruzado, de autoria do Ministro da Fazenda Dílson Funaro, estabelecia o congelamento dos preços e dos salários, a

substituição da moeda e o gatilho salarial automático, um repasse nos salários, sempre que a inflação acumulasse 20%. O boicote praticado por empresários para forçar um aumento nos preços dos produtos e o uso político, principalmente por parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), levaram o plano ao fracasso. Em seguida foi elaborado o Plano Bresser, de autoria de Luís Carlos Bresser Pereira, que, entre outras medidas, propôs o congelamento dos preços e salários e corte nos gastos do governo. Esta última medida não teve o apoio do presidente Sarney, fazendo com que o ministro Bresser deixasse o ministério. Com o fracasso do Plano Bresser, foi elaborado o Plano Verão, de autoria de Mailson da Nóbrega. O novo plano determinou o congelamento dos preços e salários, o fim do gatilho salarial e a substituição da moeda – o cruzado - pelo cruzado novo. O novo plano assumiu uma inflação de aproximadamente 30% ao mês, e após um ano de sua implantação, a inflação chegava aos 80% ao mês.

Durante a presidência Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi implantado o Plano Collor, que, entre outros aspectos, também visava o combate à inflação e a busca do crescimento econômico do país. O novo plano econômico estabelecia a abertura de mercado aos capitais e produtos estrangeiros, privatização de estatais, nova troca de moeda (de Cruzado Novo para Cruzeiro Novo) e o recolhimento por parte do Banco Central por até dezoito meses das aplicações financeiras superiores a cinquenta mil Cruzados Novos, inclusive conta corrente e caderneta de poupança. A crise política no governo Collor, culminando em seu impeachment, contribuiu para o fracasso do Plano Collor.

O Plano Real, por sua vez, foi idealizado em uma conjuntura de repetidos fracassos em combater a inflação. A fase de abundante financiamento externo privado chega ao fim, e dá espaço a abertura financeira, a regressão da indústria e da perda de competitividade dos anos 1990, como explicaremos melhor ao longo dos próximos itens. O novo plano

econômico foi responsável pelo combate à inflação, porém provocou forte recessão econômica, agravou o desemprego e contribuiu para o déficit nas exportações, de 1994 a 2000.

Desta forma, a “explicação” para o aumento das famílias sem renda ao longo da década de 1990 deve ser feita com base na combinação dos fatores internacionais e domésticos na determinação do dinamismo do capitalismo brasileiro, isto é, só é possível explicar as distintas performances desse capitalismo e seus desdobramentos em diferentes períodos históricos pelo exame das articulações entre as dimensões externas e internas.

1.1.O Brasil na Década de 1990

A promulgação da nova Constituição Nacional em 1988 mudou os rumos sociais e econômicos brasileiros ao longo da década de 1990. Havia uma grande expectativa de retomada do crescimento econômico devido à definição de diretrizes econômicas e sociais que a nova Carta carregava. A construção de um Estado de bem-estar social era almejada depois de um longo período de desenvolvimento econômico vivido pelo país desde os anos 30.

Apesar de divergências existentes dentro da sociedade brasileira enquanto aos rumos das transformações sociais e econômicas, a Constituição de 1988 apresenta grandes inovações no que tange as políticas que induzissem a retomada do crescimento, dando especial importância para a questão social. Independente do cunho político das propostas, praticamente todas vislumbravam a construção de um novo país para o século XXI através da reorganização econômica e social com fortes impactos sobre a estruturação do Estado e das políticas públicas.

A vertente política da época era formada sob o enfoque de duas diretrizes básicas para as políticas: flexibilidade e focalização. No campo econômico, a abertura externa (que será mais aprofundada posteriormente neste texto), exigia instrumentos políticos que favorecessem a flexibilidade das condições institucionais reguladoras da atividade econômica. No campo social, eram requeridos novos instrumentos políticos que permitissem a construção de ações focalizadas que privilegiassem as camadas excluídas e desprotegidas econômica e socialmente. Percebe-se aqui que, enquanto a nova Constituição promovia a universalidade, a nova orientação política buscou focalizar suas ações respondendo as condições de financiamento das agências internacionais.

Tendo em vista o processo de globalização, visto como essencial e inevitável para a superação do subdesenvolvimento, as políticas propostas prometiam a desobstrução dos entraves ao desenvolvimento interno e o fim do isolamento externo. Entretanto, não foi o observado. Esse período foi marcado pela ausência de qualquer modificação no quadro de extrema desigualdade social no país devido o seu caráter fortemente financeiro que acabou por retirar da sociedade a liberação de recursos em detrimento ao processo de endividamento externo e interno causados pela nova ordem mundial.

O desempenho conjunto dos países desenvolvidos na década de 1990 foi bem menos expressivo se comparado à década anterior, com exceção do vigor econômico dos EUA. Dessa forma, havia uma redução de investimento nesses países, deixando os países subdesenvolvidos ainda mais atrativos aos fluxos de capitais que aumentaram vertiginosamente na década. Um intenso endividamento das famílias, empresas e setor público, fizeram parte do crescimento das economias desenvolvidas na década anterior, sob uma nova orientação política favorável à desregulamentação das finanças. Nesse contexto, os poderes públicos procuraram atenuar o aumento do endividamento com a criação de

dinheiro pelos sistemas bancários de forma a reduzir as taxas de juros. Nesse quadro de alta liquidez e baixas oportunidades de aplicação de capital, o Brasil e outros países excluídos do crédito internacional desde então, voltam a atrair novos capitais.

Essa mudança no quadro financeiro internacional viabilizou a implementação de uma nova orientação política, pautada no Consenso de Washington (BALTAR, 2003). A nova orientação política de desenvolvimento destacou a liberalização do comércio exterior e de entrada e saída de capital, a privatização das empresas estatais, a redução do tamanho do aparelho do Estado e a concessão de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada operar com lucro.

De imediato, a nova orientação política motivou a forte entrada de capital internacional no Brasil, fato essencial para o controle da inflação e também para a melhora dos preços relativos. O crescimento do produto, entretanto, continuou pouco expressivo, contrariando as expectativas de que o retorno das economias subdesenvolvidas permitira um crescimento mais expressivo.

A liberalização do comércio exterior fez com que o crescimento brasileiro dependesse ainda mais da capacidade de exportação, de modo a impedir que as importações, o serviço da dívida externa, a remessa de lucros e as saídas de capitais desequilibrassem o balanço de pagamentos. Esse aumento das exportações, permitido pela base de recursos naturais, elevou o coeficiente de comércio exterior do país, e também permitiu o crescimento do produto, induzindo o consumo e o investimento em infraestrutura.

Além disso, a liberalização das importações e a valorização da moeda causada pelo grande afluxo de capitais estrangeiros tenderam a promover a desintegração das cadeias produtivas e a acentuar a racionalização das empresas com efeitos negativos na geração de

emprego e renda.

1.1.1. Conjuntura Internacional na Década de 1990

A globalização financeira e a inserção periférica marcaram a conjuntura internacional ao longo da década de 1990 e ainda determinaram algumas mudanças na economia brasileira e conseqüentemente seu ritmo do crescimento. No plano internacional havia uma crescente mobilidade de capitais, acompanhada de uma progressiva liberalização financeira nos países periféricos como o Brasil. Por sua vez, a globalização irá definir as principais características da economia internacional a despeito da livre mobilidade de capitais, que são as taxas de câmbio flutuantes e a autonomia das políticas domésticas.

Neste contexto de financeirização, o menor ou maior grau de incerteza dos agentes integrados em uma economia global determinam os fluxos de capitais, através das taxas de juros. Ou seja, especialmente no caso das décadas de 1980 e 1990, as taxas de juros elevadas traduziram-se em maior incerteza sobre a sustentação de trajetórias estáveis para as economias periféricas.

No centro do sistema estava os Estados Unidos, que determinava através de sua taxa de juros a direção e intensidade dos fluxos de investimento nos demais países, que perdiam, portanto, autonomia no que tange a política monetária doméstica. Essa situação de subordinação frente à economia americana determina, sob vários aspectos, o desempenho econômico pífio brasileiro ao longo da década de 1990.

1.2.Desempenho Econômico, População e Trabalho

O desempenho do Produto Interno Bruto sobre a População Economicamente Ativa (relação PIB/PEA) para a década de 1990 apresentou um comportamento bastante negativo, a despeito do aumento da disponibilidade de força de trabalho apresentado pela maior participação da mulher no mercado de trabalho e pela crescente participação de jovens ingressantes na PIA, o que os demógrafos chamam de “bônus populacional”, ou seja, o aumento crescimento da população em idade ativa e redução dos jovens em idade não ativa. Esse fato pode ser explicado pelo crescimento menor do PIB em relação ao crescimento da PEA. A tendência de maior contribuição dos serviços para a geração do PIB foi considerada convergente com a nova dinâmica do capitalismo mundial. A indústria e os serviços cresceram a taxas de 2,9% e 2,7% respectivamente, enquanto que a agropecuária apresentou uma taxa mais elevada, de 3,2% (BALTAR, 2003).

Por sua vez, a expansão do PIB é acompanhada de alterações importantes na distribuição funcional da renda. O novo Sistema de Contas Nacionais, o IBGE tornou possível fazer uma análise histórica da evolução do PIB e a forma de sua apropriação ao longo das décadas de 1980 e 1990. Segundo Dedecca (2003) há uma queda substantiva na participação da remuneração dos empregados na renda disponível, caindo de 37,5% para 32,8%, o que equivale dizer que houve uma diminuição da participação dos salários e rendimentos dos autônomos na composição do produto nacional, em detrimento ao excedente operacional bruto das empresas que aumentaram de 38,5% para 41,4% no mesmo período. Observa-se, portanto, a compressão exercida sobre o poder de compra daqueles que vivem da renda do trabalho. Dentro desse contexto, o aumento da carga

tributária que foi feito na década de 1990 ocorreu, sobretudo, as custas da participação da renda do trabalho (DEDECCA, 2003).

Com relação ao comportamento do mercado de trabalho, se feita uma comparação entre as duas pontas da década de 1990, percebe-se que há uma perda da participação dos empregados nos segmentos industriais (transformação e construção civil) e o aumento da participação dos terciários para a comunidade. Ademais, nota-se o aumento expressivo do emprego autônomo e também informal para a comunidade e pessoas. Entretanto, esse aumento do trabalho autônomo e informal representou uma diminuição dos graus de assalariamento dos ocupados em idade ativa. O desemprego, por sua vez, marcou fortemente a década, afligindo cerca de 11 milhões de pessoas em 2005 (ver Figura 3). O resultado direto dessas alterações na estrutura de mercado de trabalho é a redução da participação dos ocupados com rendimento monetário no total da PEA devido à fragilidade das condições de absorção de mão-de-obra pela economia nacional.

Pensando o período como um todo de uma forma macro, é possível sinalizar modificações da estrutura ocupacional brasileira, induzidas, sobretudo, pela nova dinâmica econômica. A reorganização econômica penalizou sistematicamente o mercado de trabalho brasileiro. Foram dez anos de baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho, que se refletiram no aumento das taxas de desemprego. A idéia recorrente da época era de que o maior desemprego era fruto do padrão de regulação das relações de trabalho. Ao longo do período foram introduzidas mudanças importantes no padrão de regulação do mercado de trabalho, o que não significou uma reforma do sistema.

Segundo Pochmann (2001), o novo padrão de intervenção do Estado prometia levar o país ao crescimento econômico e a elevação no nível de ocupação, mas nenhum desses objetivos foi alcançado. Por meio da privatização seria possível reduzir o endividamento

público e ampliar o gasto social, deixando o setor privado responsável pela expansão econômica. Entretanto, o que se observou ao longo da década de 1990 é o pior desempenho econômico, com taxas de variação do produto praticamente equivalentes às da população, indicando estagnação da renda *per capita*, uma vez que o endividamento cresceu, ao contrário do gasto social. O desemprego, conseqüentemente, teve no esvaziamento do Estado uma fonte importante de expansão.

A queda das barreiras tarifárias e não tarifárias, representando a abertura comercial, romperam cadeias produtivas diante da grande presença de produtos importados. Sem condições satisfatórias (alta taxa de juros, moeda valorizada, ausência de políticas comerciais defensivas e industriais ativas), o país assume a posição de exportador de empregos, causando uma expansão das taxas de desemprego e a piora da participação brasileira no comércio internacional.

Os esforços subnacionais para atração de investimentos privados, em um ambiente de desinvestimento público, redundaram na guerra fiscal e na perda de sinergia entre os estados e municípios. Há o ressurgimento da questão regional, que indica o agravamento das desigualdades intra-regionais, com o desemprego aberto deixando de ser um fenômeno exclusivamente sul-sudeste para se tornar importante também em pequenas cidades. O esvaziamento dos pólos industriais em várias regiões menos desenvolvidas é expressão direta do rompimento com as políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

Ao longo da década havia a aposta de que a estabilização monetária defenderia a desconcentração de renda, uma vez que a inflação era identificada como grande causadora da pobreza, e que aumentava o custo de vida da população. Entretanto, sem mexer nos problemas estruturais tais como reforma agrária, eficiente reforma tributária e social e o crescimento econômico sustentado, a questão distributiva não foi alterada. As ocupações

geradas ao longo da década, além de insuficientes, na maioria das vezes são muito precárias e de baixa remuneração.

O mito de que o custo do trabalho no Brasil era muito elevado, o que ocasionava a perda de competitividade empresarial e geração de emprego informal não foi devidamente superado. Apesar da implementação das medidas flexibilizadoras dos contratos de trabalho e à desregulamentação do mercado de trabalho, o que se viu foi uma redução do emprego formal e crescimento da informalidade, assim como o desemprego alcançou índices históricos desde a década de 1930. O Plano Real imposto produziu artificialmente o aumento em dólar do custo do trabalho.

Exemplificando as mudanças importantes no que diz respeito à flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho está a adoção da Participação nos Lucros e Resultados em 1994, essa medida troca o padrão regulatório dos salários estruturado a partir do Estado, vigente até então, para um padrão de negociação entre empresas e trabalhadores. Ao mesmo tempo, o Tribunal Federal do Trabalho reduzia a sua ação normativa em favor da maior liberdade de negociação entre as partes. Posteriormente, outra medida foi a regulamentação do banco de horas, que contraria os preceitos da CLT, ou seja, permitindo o excesso de horas em 40 semanais não apenas em casos excepcionais. Por fim, o Ministério do Trabalho enfraquece duplamente suas funções fiscalizatórias, deixando de investir em seu quadro de fiscais e também retirando a possibilidade de fiscalização de uma empresa em que existam vínculos empregatícios não regulamentados. Há, portanto, uma visível redução do papel regulatório do Estado no mercado de trabalho.

De maneira geral, o que se observa ao longo da década de 1990 é um empobrecimento geral dos ocupados (Quadros, 2006). Outro efeito negativo advindo da reorganização econômica e da flexibilização do mercado de trabalho foi a redução do papel

regulatório do Estado sobre o mercado de trabalho, que por sua vez teve impacto direto na distribuição funcional da renda e na diferenciação dos rendimentos dos ocupados não-agrícolas.

Em um país com grande oferta de mão de obra, o Estado ausente significa maior concorrência entre os trabalhadores, o que por sua vez gera rebaixamento salarial e precarização generalizada da ocupação. Qualitativamente, essa piora na distribuição funcional de renda atinge a população economicamente ativa, no sentido em que há uma diminuição dos trabalhadores que auferem renda do trabalho, fato este determinado pelo aumento do desemprego.

Neste contexto de precarização das condições de trabalho, o objetivo central desta monografia é avaliar a associação entre as transformações discutidas ao longo deste capítulo na condição mais extrema da pobreza da população: famílias sem renda. As famílias sem renda serão analisadas sob o aspecto de renda familiar, considerando não apenas renda do trabalho, mas também os demais rendimentos familiares. Ela extrapola, portanto, a dimensão do mercado de trabalho, ponto esse que queremos chegar quando tratamos de pessoas sem ocupação e sem rendimento, aqui considerada famílias sem renda. Dessa forma, incorpora-se também a população inativa e desempregada, podendo considerar que esse indicador reflete mais precisamente os padrões de bem estar das famílias.

Capítulo 2 – Evolução das Famílias Sem Renda

2.Introdução

Depois de feito o breve panorama econômico social e político das décadas de 1980 e 1990 e seus principais reflexos no mercado de trabalho brasileiro, é possível analisar de forma mais concisa o comportamento das famílias sem renda no Brasil. É dentro desse conjunto de relações que envolvem o mercado de trabalho, investimento público e privado, e por fim o crescimento da economia que se dá o problema do desemprego e, em consequência, da pobreza.

Neste capítulo serão mostrados dados e tabelas que esboçam empiricamente a significância das famílias sem renda, sempre usando dados para o ano de 1981 e 2005 para captar a evolução ao longo das duas pontas das décadas. Todas as informações presentes neste trabalho foram obtidas da pesquisa coordenada pelo professor Waldir Quadros do Instituto de Economia da UNICAMP.

Em um primeiro momento, será apresentada a metodologia de QUADROS (2003) da distribuição de classes, no sentido de caracterizar e analisar a amostra. Em seguida, será feito um estudo de localização geográfica das famílias sem renda ao longo do Brasil, destacando em especial as regiões metropolitanas. Simultaneamente serão feitas análises qualitativas de diferenciação por sexo, grau de escolaridade, cor e idade das pessoas de referência das famílias sem renda a fim de identificar as relações existentes entre essas variáveis na determinação ou contribuição para a pobreza.

2.1.Estrutura sócio-ocupacional familiar brasileira

Para analisar o comportamento da estrutura social neste contexto de estagnação e crise da economia brasileira, será utilizada uma tipologia de estratificação elaborada por Quadros (2003), baseada na divisão social do trabalho e operacionalizada a partir das informações da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A premissa central desta análise está no fato de que a ocupação das pessoas se tornou fator fundamental para definir a nova estrutura social, uma vez que o que determina as relações sociais hoje em dia é a possibilidade de vender seus serviços no mercado de trabalho, e não mais compra e venda lucrativa de uma propriedade e suas produções.

A partir da inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho (classes ocupacionais) seria, portanto, possível obter grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos. A posição ocupacional do integrante familiar com o maior rendimento individual identificaria a classe ocupacional da família, cuja definição é dada em termos de poder político, prestígio social e possibilidade de geração de renda das famílias. O ponto central desta distinção estabelecida por Quadros é que se considera que o estilo de vida e as características sociais dos indivíduos são, em grande medida, definidos no âmbito das relações familiares, não das posições individuais. Em outras palavras, a posição na família é melhor que a posição individual.

Esta estrutura de classes, originalmente composta por 14 classes ocupacionais¹, pode ser resumida em 8 grupos principais: I) Empregadores: integrantes de famílias de

empreendedores, do setor agrícola ou não agrícola, que empregam ao menos um ocupado;

II) Profissionais: integrantes de famílias associadas a profissões típicas de classe média, onde predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços;

III) Massa trabalhadora não agrícola: são os operários do capitalismo moderno, onde predominam ocupações do tipo popular, entre elas, domésticas, zeladores, construção civil e garçons; e trabalhadores da indústria;

IV) Trabalhadores não remunerados não agrícolas: dependentes do trabalho não remunerado como ajuda a membro da unidade domiciliar, a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, como aprendiz ou estagiário, ou em construção para o próprio uso;

V) Trabalhadores agrícolas: integrantes de famílias cuja melhor posição está relacionada ao ramo da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura ou outros serviços auxiliares deste ramo;

VI) Não remunerados agrícolas: dependentes do trabalho não remunerado em atividade relacionada ao ramo agrícola, ou produção para o próprio consumo;

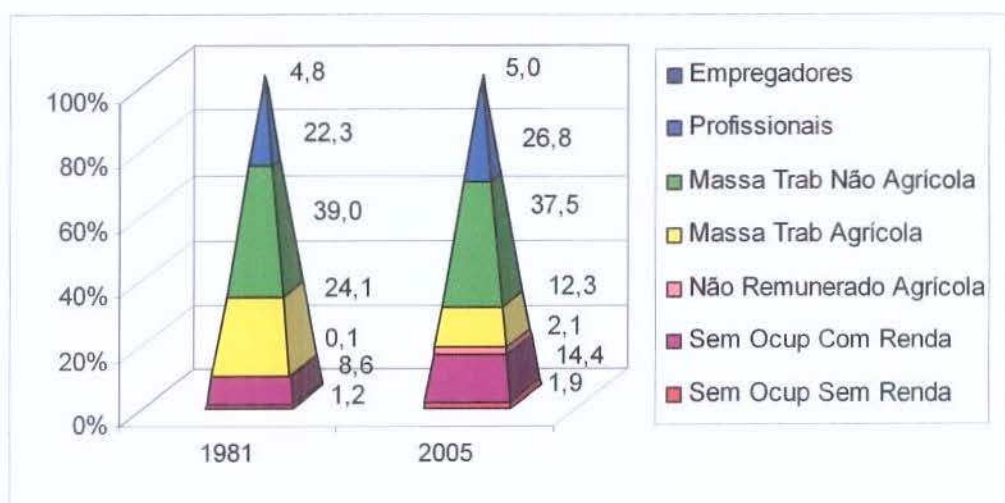
VII) Sem ocupação com renda: integrantes de famílias dependentes de um membro sem ocupação na semana mas com rendimento proveniente de fonte não relacionada ao trabalho;

VIII) Sem ocupação sem renda integrantes de famílias sem qualquer fonte regular de rendimento.

A distribuição das classes ocupacionais no território brasileiro para os anos de 1981 e 2005 oferece uma primeira aproximação da evolução da distribuição social brasileira (Figura 1). Em um primeiro momento, observa-se que há uma redução importante na massa trabalhadora agrícola, que antes representava 24% da população e em 2005 representa 12%, provavelmente associada a mecanização agrícola.

¹ Ver QUADROS (2003).

**Figura 1 – Porcentagem de chefes de família segundo classes ocupacionais – Brasil
1981 e 2005**



Fonte: Microdados da PNAD 1981 e 2005 (IBGE) – Elaboração da autora.

Em paralelo ao declínio das ocupações agrícolas, as ocupações não agrícolas - que representam mais de 1/3 da população - permanecem próximos a 38% no período. Esse grupo majoritário da estrutura sócio-ocupacional brasileira é composto por integrantes de famílias de trabalhadores assalariados, autônomos e domésticos, as quais são de menor prestígio social e tipicamente operários.

No topo da pirâmide social há uma pequena parcela de empregadores, que representavam em 1981 4,76% da população e em 2005, 5% da população brasileira. Apesar de pouco significativo quantitativamente, este grupo é relevante na participação da renda acumulada (MAIA, 2006).

Há ainda um significativo crescimento das classes de profissionais e sem ocupação com renda, associadas, respectivamente, à proliferação de ocupações na prestação de serviços entre os integrantes melhor remunerados e crescimento da dependência da aposentadoria entre os integrantes familiares.

Mas o foco do presente trabalho engloba as famílias sem renda, incluindo tanto ocupados sem renda quanto desocupados sem renda, abrangendo cerca de 1,6 milhões de pessoas no ano de 1981, o que representava 1,25% da população e que em 2005 sobre para o patamar de cerca de 4,0 milhões de pessoas, ou ainda, 2% da população naquele ano.

2.2.Grupo das famílias sem renda

Os integrantes das famílias sem renda obedecem as seguintes três classes ocupacionais:

- Sem ocupação sem renda: são 3,5 milhões de pessoas que viviam na mais absoluta miséria em 2005. Todos os integrantes deste grupo pertencem às famílias sem renda.
- Ocupados agrícolas não remunerados: dentro dessa classe, que representava 2% da população brasileira em 2005, serão incorporadas as famílias sem renda apenas as famílias sem qualquer outra fonte de rendimentos, já que sendo não remunerado, o ocupado pode apresentar rendimentos oriundos de outras fontes.
- Ocupados não agrícolas não remunerados: dentro dessa classe, que representava 0,25% da população brasileira em 2005, serão incorporadas às famílias sem renda apenas as famílias sem qualquer outra fonte de rendimentos, já que sendo não remunerado, o ocupado pode apresentar rendimentos oriundos de outras fontes.
- Demais classes: é ainda preciso se atentar que os rendimentos da PNAD são auto-declarados, ou seja, a pessoa pode ainda ser, por exemplo, um trabalhador conta-própria que não consegue ganhar o suficiente para cobrir os custos do trabalho.

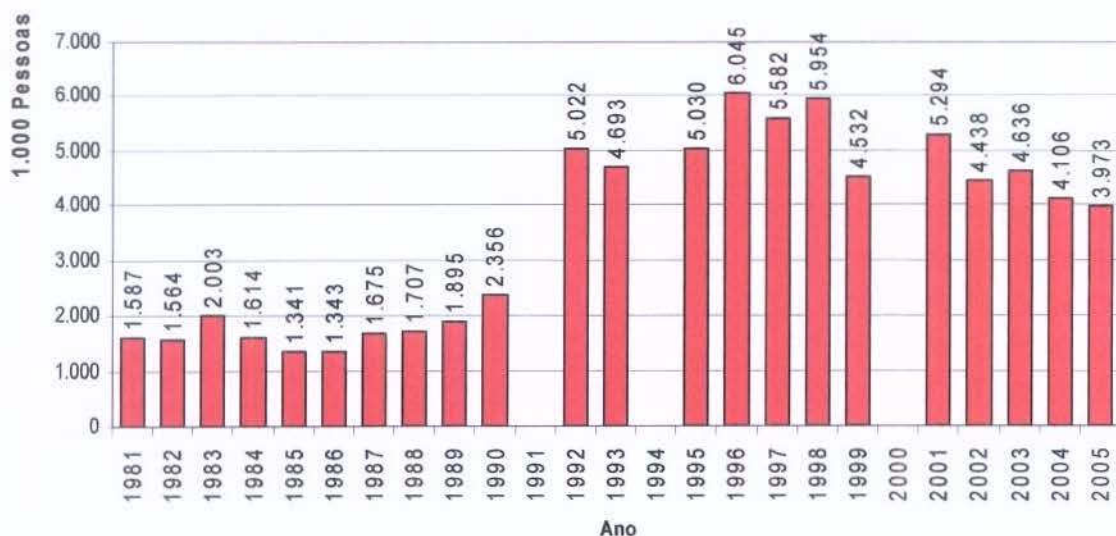
Sendo assim, deve-se considerar ainda a possibilidade, embora remota, de integrantes das demais classes remuneradas pertencerem às famílias sem renda.

2.2.1.Evolução do grupo das famílias sem renda

Feita a caracterização das famílias sem renda, analisar-se-á a evolução desse grupo ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000. Neste ponto, conseguimos ainda observar as relações entre as variáveis políticas e econômicas descritas no primeiro capítulo com os dados obtidos da PNAD, que reforçam a idéia de que o contingente de famílias sem renda cresceu de forma geral ao longo dos últimos vinte e cinco anos.

Observando o Gráfico 3, é possível notar que o número absoluto de miseráveis cresceu de forma bastante significativa ao longo da década de 1990. Enquanto que na década de 1980 o grupo de pobres absolutos girava em torno de 1,6 milhões de pessoas, na década de 1990 este número sobe para uma média de 4,9 milhões. É notório que o maior patamar das famílias sem renda se encontra entre os anos de 1992 a 1998, período marcado pela abertura financeira e comercial. Durante o Plano Real a inflação é combatida, mas deixa para o Brasil uma forte recessão econômica e o aumento do desemprego, que acabam por gerar um contingente maior de pessoas em situação de pobreza e, ao extremo, famílias sem renda.

Figura 2 – Total das famílias sem renda – de 1981 a 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

Após ficar próxima da barreira dos 6 milhões durante quase toda a década de 1990, o contingente de famílias sem renda inicia uma tendência de queda a partir do segundo mandato FHC. Há, entretanto, momentos de crescimento, neste período, como em 2001, associado à crise econômica no Brasil e na vizinha Argentina, o que certamente contribuiu para formar os 5,2 milhões de pessoas que fazem parte de uma família que vive em famílias sem renda. No primeiro ano do governo Lula o contingente de famílias sem renda volta novamente a crescer (motivo: crise do primeiro ano de mandato) e a partir de então volta a apresentar tendência de queda. Chega em 2005 ao mais baixo patamar desde a década de 1990, com 3,9 milhões de indivíduos que pertencem a famílias sem renda. Pode ter colaborado para esta redução os programas de transferência de renda, um dos grandes pilares do Governo, tais como Bolsa Família, que no curto prazo colaboram de forma superficial na distribuição de renda para as famílias que vivem sem renda, mas colocam sob suspeita sua sustentabilidade no longo prazo, uma vez que não cria mecanismos e

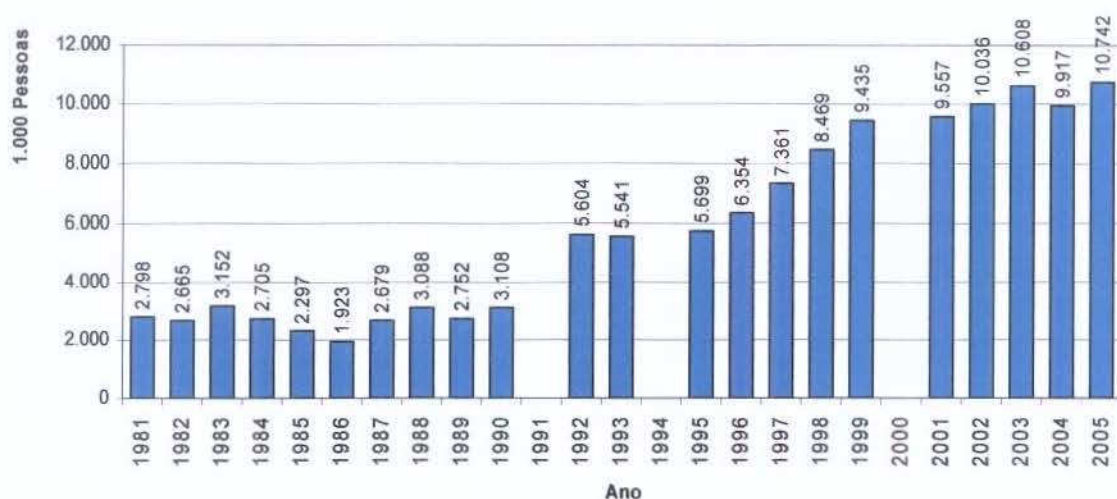
oportunidades futuras de geração de renda independente. Como se sabe, as políticas sociais brasileiras de modo geral são caracterizadas pelo alto grau de seletividade a partir da década de 1990, isto é, são voltadas para situações extremas, muito focalizadas, direcionadas aos mais pobres dentre os pobres, apelando muito mais à ação humanitária ou solidária da sociedade do que as políticas de Estado.

Outra análise importante é a de comparar o número contingente das famílias sem renda em relação aos indicadores de desemprego, ou melhor, com o número absoluto de pessoas desocupadas com procura de trabalho em um período de referência de dois meses. A Figura 3 demonstra que há uma relação direta entre o número dos desocupados e das famílias sem renda. De forma semelhante, quanto maior o número do desemprego no Brasil, maior o contingente de famílias sem renda, o que é de fácil entendimento, uma vez que se espera que essas pessoas fiquem sem qualquer tipo de remuneração e renda enquanto não estão exercendo atividades dentro do mercado de trabalho.

Assim como o contingente de famílias sem renda tem o seu salto na década de 1990, especialmente no ano de 1992, o número de desempregados nesse ano chega a 5,6 milhões de pessoas. Ao longo da década de 1980 o número de desocupados permaneceu praticamente constante, em torno da média de 2,7 milhões de pessoas.

Em 1999 há o maior número de desempregados da década de 1990, chegando próximo a 10 milhões de pessoas. Essa tendência de aumento do número absoluto se verifica também nos cinco primeiros anos dos anos 2000, permanecendo na casa dos 10 milhões de desocupados no ano. Entretanto, o desemprego continua crescendo desde 2001 enquanto que o contingente de famílias sem renda começa a declinar, o que indica uma influência das ações focalizadas dos benefícios sociais, como o seguro-desemprego e principalmente bolsa família.

Figura 3 – População desempregada – 1981 e 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

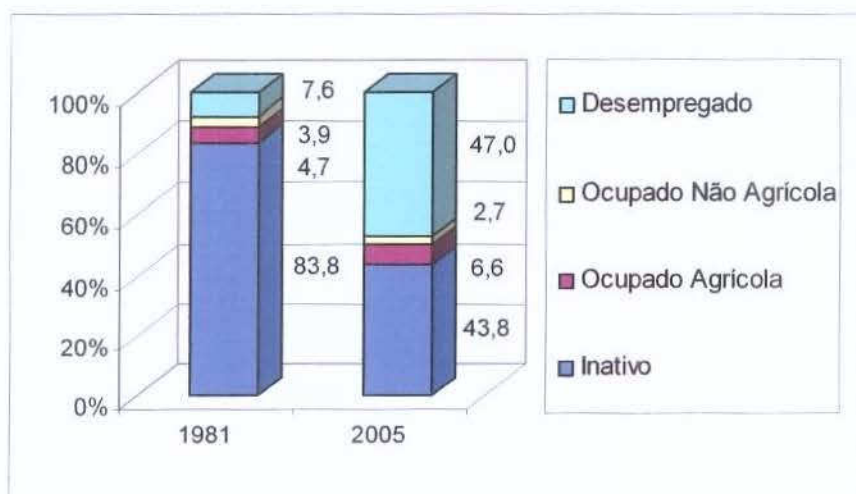
2.3. Condição do chefe da família e composição do grupo

Dentro deste grupo é possível destacar algumas importantes particularidades segundo a condição de atividade das pessoas responsáveis pelas famílias entre os anos de 1981 e 2005. Enquanto que em 1981 as famílias cujo membro de referência era inativo representava cerca de 83% do total de famílias sem renda, em 2005 esse número cai para 44%, ficando muito próximo ao número de desempregados no mesmo ano, que era de 47% e representava 1,8 milhões de pessoas. Em 1981 os desempregados compunham 7,6% do total do grupo, verifica-se que este valor é o número de famílias ou integrantes familiares, algo em torno de 120 mil pessoas que fazem parte de famílias sem renda e não possuíam emprego e estavam à procura.

Este dado é de extrema relevância, pois deixa claro que o aumento das famílias sem renda ao longo das duas décadas está intimamente relacionado ao aumento do desemprego

no Brasil, especialmente ao longo da década de 1990. É possível que esse inchaço do grupo tenha se dado em paralelo a explosão do desemprego no país, ligada ainda a uma falta de investimento e perda da competitividade industrial brasileira, junto com a incapacidade de gerar novos postos de trabalho.

Figura 4 – Condição do chefe das famílias sem renda - 1981 e 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

Por outro lado é possível denotar a importância da aposentadoria rural, que é definida no âmbito da Constituição de 1988 e que prevê o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial, no valor de um salário-mínimo nacional, desde que comprovem a situação de produtor, parceiro, meeiro e os arrendatários rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (v. Constituição Federal, 1988, art. 195, § 8º). A previdência rural brasileira provavelmente foi inovadora ao universalizar o acesso da população rural brasileira ao benefício, e contribuiu para a diminuição maciça dos inativos na composição

das famílias sem renda na década de 1990.

Os ocupados agrícolas que não recebem rendimentos permaneceram praticamente constantes, representando 4,7% do total do grupo em 1981 e chegando a 6,6% em 2005. Situação semelhante é a dos ocupados não agrícolas, que não apresentam grandes oscilações entre as duas décadas, tendo uma ligeira queda de 3,9% das famílias sem renda em 1981 para 2,7% do grupo em 2005, ou ainda, cerca de 106.000 famílias.

2.4.Localização segundo Estados e Regiões Metropolitanas

A concentração regional das famílias sem renda é outro ponto essencial para a análise qualitativa a ser feita a respeito do problema. A Tabela 5 mostra a concentração das famílias sem renda por Estados, e a sua concentração em relação ao total do Brasil nos anos de 1981 e 2005.

Tabela 5 – Localização por Estados - 1981 e 2005

UF	1981		2005		Taxa Anual Crescimento (%)
	Dentro do Estado (%)	Total País (%)	Dentro do Estado (%)	Total País (%)	
Rondônia	1,6	0,3	2,1	0,8	8,8
Acre	1,4	0,1	2,3	0,4	9,0
Amazonas	2,0	1,1	2,6	2,1	6,7
Roraima	-	-	3,8	0,4	-
Pará	2,1	2,4	3,5	6,1	8,1
Amapá	2,2	0,1	1,5	0,2	5,8
Tocantins	-	-	2,2	0,7	-
Maranhão	1,1	2,7	3,6	5,6	7,1
Piauí	1,3	1,8	1,9	1,5	3,0
Ceará	1,2	4,0	2,7	5,5	5,3
Rio Grande Norte	1,6	1,9	2,5	1,9	3,9
Paraíba	1,3	2,5	2,2	2,0	2,9
Pernambuco	1,3	5,2	3,2	6,7	5,0
Alagoas	0,9	1,2	3,5	2,6	7,5
Sergipe	1,0	0,8	2,4	1,2	5,6
Bahia	1,0	6,3	2,9	10,1	5,9
Minas Gerais	1,3	11,3	1,4	6,7	1,7
Espírito Santo	1,2	1,6	2,0	1,7	4,3
Rio de Janeiro	2,0	14,2	2,0	7,7	1,3
São Paulo	1,5	23,8	1,9	19,0	2,9
Paraná	1,0	4,8	1,5	3,9	3,0
Santa Catarina	0,8	1,8	1,0	1,5	3,2
Rio Grande Sul	1,1	5,6	1,4	3,9	2,3
Mato Grosso Sul	1,8	1,6	2,1	1,2	2,8
Mato Grosso	1,1	0,8	2,6	1,8	7,5
Goiás	1,1	2,8	2,2	3,1	4,5
Distrito Federal	1,7	1,4	2,7	1,6	4,5
Total		100%		100%	3,9%

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

A análise deve recair sobre os Estados que concentram maior participação das famílias sem renda no total do Brasil. Em 1981 São Paulo compunha o total de famílias sem renda em 23,8%, apesar do baixo número de pobres absolutos dentro da população total do Estado, exatamente por se tratar o Estado mais populoso do país e ainda pelo efeito importante da migração de outros Estados para São Paulo. Em 2005, São Paulo continua liderando a composição do contingente de famílias sem renda no Brasil, representando 19%

da mesma.

Os Estados do Sudeste concentravam em média 50% do total das famílias sem renda no Brasil. A Bahia também tem uma participação grande na composição desse panorama, com cerca de 10% do total de famílias sem renda no ano de 2005.

O Estados do Norte do país obtém a maior concentração proporcional de pessoas que fazem parte de famílias cujo nenhum membro possui renda em 1981, entretanto não é significativo se compararmos com o total das famílias sem renda no Brasil no mesmo ano. A única exceção é o Pará que possui de 2,1% de famílias sem renda dentro do Estado, e representando assim 2,4% das famílias sem renda de todo o Brasil em 1981, e no ano de 2005 passa a concentrar 6,1% das famílias sem renda de todo o país, e com um índice de 3,5% de famílias sem renda dentro do Estado.

Deve-se ressaltar que no ano de 2005 foram incluídas no cálculo as populações residentes na área rural dos Estados do Norte do país. Embora não alterem significativamente as análises, já que representam apenas 2% da população brasileira, as evoluções da pobreza entre os estados dessa região não são comparáveis.

Ainda, é possível caracterizar a análise da concentração e localização das famílias sem renda no Brasil observando a taxa média de crescimento anual por Estado do número de pessoas em cada unidade da federação que fazem parte de famílias cujos membros não possuem renda.

Os Estados do Nordeste obtiveram as maiores taxas de crescimento, teve sua miséria absoluta crescendo a uma taxa de 8,1% ao ano de 1981 e 2005. Alagoas e Maranhão tiveram seu contingente de famílias sem renda acrescida em média de 7,1% e 7,5% ao ano respectivamente.

Outra frente de análise da distribuição espacial das famílias sem renda ao longo do território brasileiro é a análise das regiões metropolitanas. Na metade dos Estados que possuem regiões metropolitanas no ano de 1981 a concentração das famílias sem renda era maior ou igual nas regiões metropolitanas em relação às demais localidades do Estado. As regiões em questão são pertencentes aos Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. É preciso dar destaque ao Rio de Janeiro, que concentra 90,4% de famílias sem renda na região metropolitana.

Tabela 6 – Localização por Regiões Metropolitanas - 1981 e 2005

RM	1981		2005	
	Total Sem Renda	% do Estado	Total Sem Renda	% do Estado
Belém	20.778	55,6	85.514	35,3
Fortaleza	31.352	49,7	100.916	46,6
Recife	51.880	62,8	149.202	56,2
Salvador	36.584	36,4	113.993	28,5
Belo Horizonte	50.769	28,4	75.995	28,5
Rio de Janeiro	204.037	90,4	229.259	74,6
São Paulo	220.971	58,5	448.717	59,3
Curitiba	15.964	20,9	58.449	38,0
Porto Alegre	27.195	30,5	63.705	41,2
Distrito Federal	21.691	33,1	62.491	33,3

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

No ano de 2005 o panorama não se altera significativamente na maior parte dos Estados, sendo que São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco continuam concentrando suas famílias sem renda em suas regiões metropolitanas. O Pará deixa de fazer parte deste grupo e obtém maioria das famílias sem renda diluída nas demais localidades. O Rio de Janeiro passa a ter uma distribuição menos desigual, mas ainda concentrando 74,6% das famílias sem renda em sua região metropolitana.

Por fim, é possível afirmar que as famílias sem renda de regiões urbanas brasileiras são atingidas de forma mais severa, em especial das regiões metropolitanas onde a prática de subsistência é pouco viável, agravando ainda mais esse quadro. Em regiões agrícolas é bastante comum a prática de produção de auto-consumo, que não gera renda em si, mas acaba por prover as famílias com as mínimas condições de subsistência, diferentemente do que ocorre nas famílias de áreas urbanas.

2.5.Composição por idade

O perfil das pessoas que integram famílias sem renda em 2005 no que tange a idade do integrante responsável pela família esboça uma tendência de concentração das famílias sem renda lideradas por jovens, que já integram a População Economicamente Ativa (maiores de 15 anos).

Figura 7 – Composição por idade das famílias sem renda - 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

Figura 8 – Composição por idade população com renda - 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

Nesse sentido, há uma grande concentração de jovens entre 15 a 19 anos responsáveis pelas famílias sem renda, que representa cerca de 24% das famílias sem renda no país no ano de 2005, ou ainda, 530 mil famílias. Esse grupo é formado por estudantes e jovens recém chegados ao mercado de trabalho, o que muitas vezes vem acompanhado de falta de oportunidades, especialmente para jovens de baixa escolaridade e renda.

De forma global, dentro do número de pobres absolutos, cerca de 70% deles são chefiados por pessoas que estão na idade entre 15 e 34 anos, idade em que se espera que as pessoas já tenham uma carreira profissional e conseqüentemente, sejam capazes de gerar renda. É possível perceber ainda, que 98,5% das famílias sem renda são chefiadas por pessoas em idade economicamente ativa, ou seja, entre 15 e 64 anos de idade.

Comparativamente ao perfil das famílias sem renda está o perfil dos responsáveis pelas famílias com renda, e é possível afirmar que, neste caso, há uma maior concentração de famílias chefiadas por pessoas acima de 30 anos, o que equivale dizer que cerca de 85% da população com renda têm pelo menos 30 anos. Em outras palavras, parece que a

população que não se enquadra em famílias sem renda abordado no trabalho tem uma distribuição mais equitativa entre os grupos de idade, mantendo o padrão da estrutura brasileira, diferentemente das famílias sem renda que parecem englobar mais jovens.

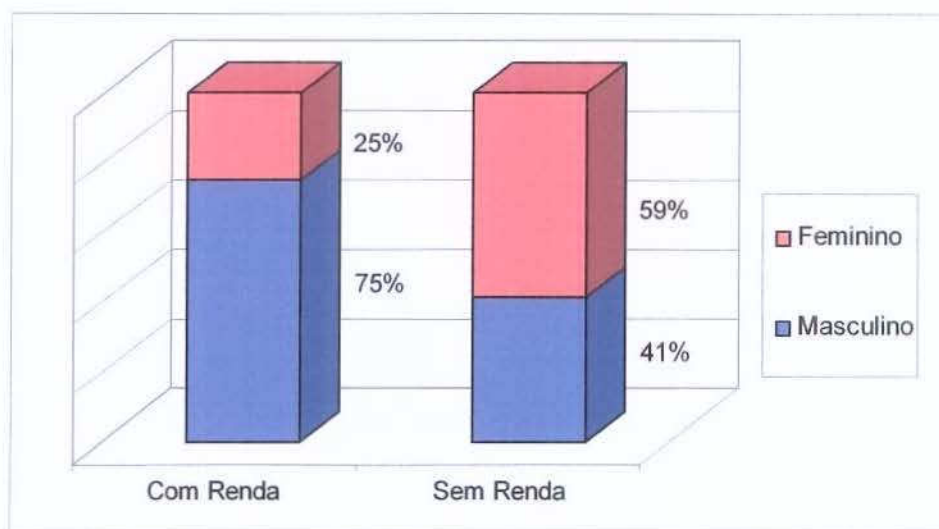
Por fim, é possível afirmar que as famílias chefiadas por pessoas idosas ou acima de 65 anos representam uma parcela pequena da composição das famílias sem renda, em parte por conta da aposentadoria e em parte pela baixa expectativa de vida do grupo, uma vez que vive em condições precárias e muitas vezes sem acesso a necessidades básicas tais como saneamento, alimentação, cuidados de saúde e higiene.

2.6.Composição por sexo

O perfil do grupo das famílias sem renda analisado pela composição do sexo mostra que há uma diferença importante se comparado à população com renda. Enquanto que no grupo dos que tem renda há uma maior liderança masculina, cerca de 75%, em 2005, no grupo dos sem rendimento há uma maioria de famílias lideradas por mulheres, cerca de 59%.

Esse resultado sinaliza que grande parte das famílias sem renda no Brasil é liderada por mulheres, que ainda desfrutam de condições diferenciadas no mercado de trabalho, e são atingidas mais fortemente pela pobreza. Uma segunda hipótese diz respeito a mulheres que são abandonadas pelos maridos e passam a ser chefes de famílias sem renda, muitas vezes compostas por um número grande de crianças.

Figura 9 – Composição por sexo da pessoa de referência das famílias sem renda – 2005

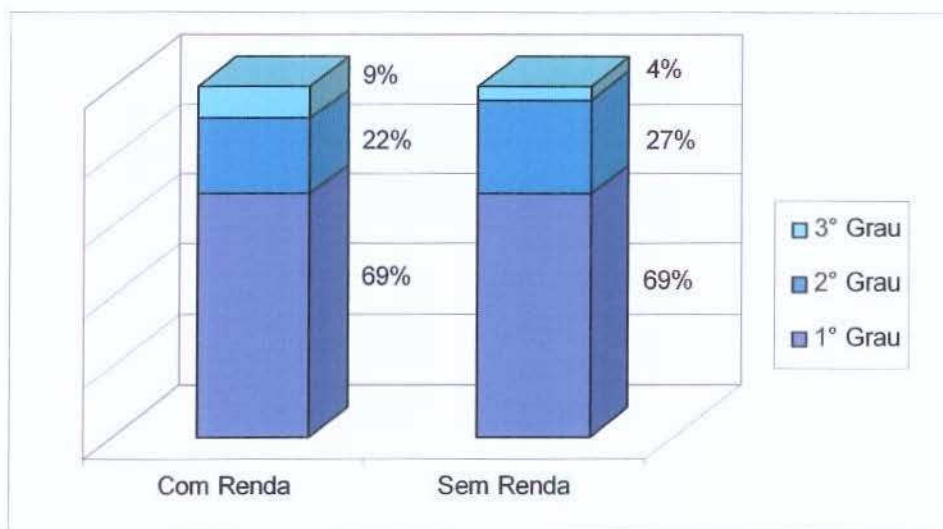


Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

2.7.Composição por escolaridade

Em 2005, no Brasil, a diferenciação entre famílias lideradas por chefes com renda e sem renda no que tange o grau de escolaridade não apresentou diferenças significativas para a população liderada por pessoas com 20 anos ou mais. Dentro do grupo com renda, a proporção de chefes que apenas completaram o 1º grau ou ensino fundamental é de 69%, quantia idêntica ao do grupo dos sem renda.

Figura 10 – Composição por escolaridade pessoa de referência das famílias sem renda – 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

Com relação ao 2º grau ou ensino médio, 22% das famílias cujo chefe possui renda tem apenas o 2º grau enquanto que 27% das famílias cujo chefe não possui renda não passaram do ensino médio. Esse diferencial irá explicar a maior proporção dos que possuem ensino superior, ou 3º grau dentre o grupo dos com renda, que representa cerca de 9% do total do grupo. Por outro lado, é expressivo o número de responsáveis pelas famílias que vivem sem renda e possuem o 3º grau, cerca de 153 mil chefes ou ainda, 4% dos sem renda.

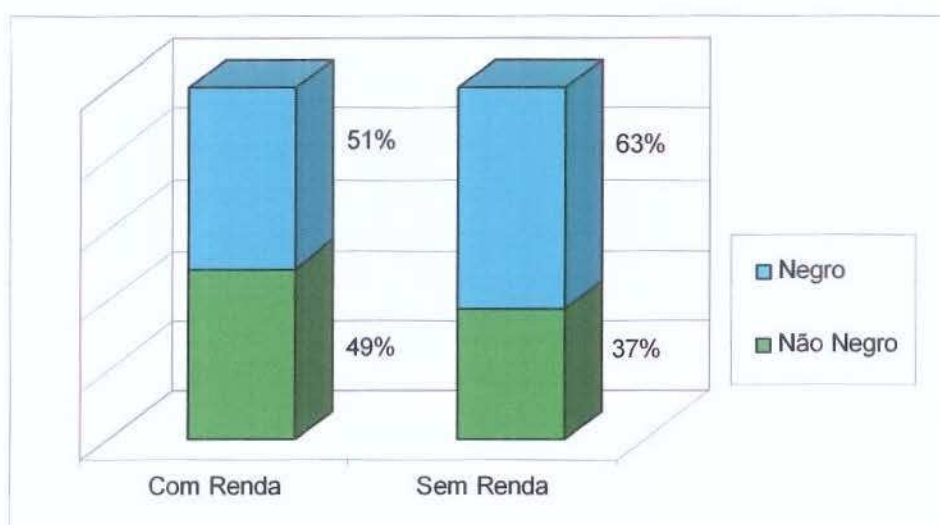
De forma análoga, não é possível afirmar que a composição das famílias sem renda no quesito escolaridade seja fortemente determinante na sua condição, uma vez que a proporção comparativa ao grupo com renda, não mostra diferenças significativas. O resultado das análises mostra, portanto, que a escolaridade não determina fortemente a

condição de pobreza.

2.8.Composição por cor

Observando o gráfico abaixo, é possível notar uma maior concentração de negros entre os responsáveis pelas famílias sem renda em detrimento às famílias com renda.

Figura 11 - Composição por cor da pessoa de referência das famílias sem renda – 2005



Fonte: Microdados da PNAD (IBGE) – Elaboração da autora

De forma análoga, 51% das famílias cujo chefe possui renda são negras. Ou seja, há uma proporção equitativa entre as duas cores, diferente do que ocorre na parcela das famílias sem renda. Desses, 63% são negros.

É possível afirmar que de forma geral, há uma maior concentração de responsáveis negros nas famílias sem renda e, ainda, sendo negro, uma pessoa tem mais probabilidade de

pertencer ao grupo, o que é equivalente dizer que negros são afetados de forma mais severa
pela miséria.

CONCLUSÕES

A partir das análises qualitativas e quantitativas apresentadas no trabalho, foi possível caracterizar as famílias sem renda, ou seja, pessoas que fazem parte de famílias que não obtêm qualquer tipo de rendimento, sendo ocupados ou não. Há um ponto de inflexão na tendência de crescimento das famílias sem renda no final da década de 90. Após atingir cerca de 6 milhões no final da década, começa a apresentar uma tendência de queda, provavelmente associada a ampliação dos programas de benefícios sociais focalizados.

De forma complementar, o perfil médio das famílias sem renda é de acompanhar o desemprego e ser então, formada basicamente por trabalhadores desempregados. Outra parte importante é a parcela de inativos dentro do grupo. A respeito da localização geográfica do grupo, há o predomínio de famílias sem renda na região Sudeste que abriga a maior parte da população brasileira. Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram em média 50% das famílias sem renda brasileiras. Estados do Nordeste também compõem esse quadro, com mais importância para os Estados da Bahia e Pernambuco. De forma isolada, na região Norte, o Estado do Pará é que tem significância na composição das famílias sem renda brasileiras. Em síntese, a pobreza está concentrada nos maiores Estados, onde há centros metropolitanos desenvolvidos e o desemprego atinge suas maiores taxas.

Cerca de metade das famílias sem renda se concentram nas dez regiões metropolitanas estudadas em detrimento as demais localidades. Ou seja, há uma concentração do grupo nas regiões metropolitanas, e esse panorama se torna mais preocupante, pois é exatamente nos centros urbanos em que há uma maior dificuldade de sobrevivência.

Outro aspecto analisado foi a determinação da idade no que tange as famílias sem renda, e foi verificado que já uma maior participação famílias chefiadas por jovens entre 15 e 29 anos, que juntos representam 57% do total. Também verificou-se que a questão do sexo mudou de forma significativa ao longo das décadas de 1980 e 1990, com o sexo feminino avançando e chegando a representar 59% do total das famílias sem renda, enquanto que em 1981 representava uma minoria de 25%.

Interessante notar que a escolaridade não parece determinar tão fortemente as famílias sem renda, uma vez que a composição da parcela sem renda não difere significativamente do padrão de composição da população com renda. Já a questão da cor parece ser significativa, pois há uma maioria de famílias chefiadas por negros desde a década de 1980, e esse quadro se acentuou em 2005 quando representava 63% do total das famílias sem renda.

3. Bibliografia utilizada

BALTAR, P.E.A. (2003) *Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990*, Coleção Economia Contemporânea, Editora Unesp.

CANO, W. (1981) *Raízes da concentração industrial em São Paulo* 2ª edição.

CARNEIRO, R. (2002) *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX* s São Paulo: Editora. Unesp e IE-Unicamp.

CESIT, Centro de Estudos Sociais e de Economia do Trabalho – Instituto de Economia Unicamp. Boletim nº 1. Julho de 1997.

CESIT, Centro de Estudos Sociais e de Economia do Trabalho – Instituto de Economia Unicamp. Boletim nº 2. Novembro de 1997.

CESIT, Centro de Estudos Sociais e de Economia do Trabalho – Instituto de Economia Unicamp. Boletim nº 3. Março de 1998.

DEDECCA, C.S (2003) *Anos 90: a estabilidade com desigualdade*, Coleção Economia Contemporânea, Editora Unesp.

DEDECCA, C.S (1996) *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. Cadernos do Cesit – Instituto de Economia da Unicamp.

IBGE (2002); Censo Demográfico 1981 e 2000 – Documentação dos microdados da amostra, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ.

HENRIQUE, W; PRONI, M., *Trabalho, mercado e sociedade*. Editora Unesp e Instituto de Economia Unicamp 2003.

LEONE, E.T. *O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras*. Coleção Economia Contemporânea, Editora Unesp, 2003.

MAIA, A.G. *Distribuição de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social (2006)*.

QUADROS, W. A dinâmica da classe média. 2006 (mimeo).

QUADROS, W., *Brasil: estagnação e crise*. Série de Estudos do Trabalho Gelre Coletânea Agosto de 2004.

QUADROS, W.J; HIPÓLITA, S.Q; MAIA, A.G., *Globalização e Regressão Social: um estudo a partir das Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e de Campinas – Brasil*.

QUADROS, W. J., *A evolução recente das classes sociais no Brasil*. Coleção Economia Contemporânea, Editora Unesp.

QUADROS, W.J. (2003); *Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa*, Tese de Livre-Docência, Editora do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas.

ROCHA, S. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 720. 2000.